

Valor Econômico – 27/03/2008

Analistas minimizam efeito Cesp nas ações

Maurício Capela

A desconfiança ronda o setor elétrico brasileiro. Com o cancelamento do leilão da Cia. Energética de São Paulo (Cesp) por falta de compradores, motivado principalmente pela impossibilidade de se renovar as concessões das hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira que vencem em 2015, o mercado teme que as ações de algumas companhias em posição semelhante à da Cesp também percam valor na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). No mês de março até ontem, os papéis preferenciais classe B da Cesp acumulam uma desvalorização de 36,44%.

Hoje, a atual regulação contempla apenas uma renovação de concessão por 20 anos. "No curto prazo, a Cesp foi a grande prejudicada, porque essas duas usinas representam 67% da capacidade de geração das companhias. Mas se não houver solução no médio prazo, o risco regulatório atingirá o setor todo", afirma o economista Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE).

Em 2015, vencerá a concessão de 18 usinas que geram 21 mil megawatts (MW), de 37 distribuidoras de energia e de 73 mil quilômetros de linhas de transmissão. E esses ativos pertencem à estatal mineira Cemig, à paranaense Copel, às federais Furnas e Chesf, entre outras.

Nos últimos dias, o Ministério de Minas e Energia admitiu que é necessário iniciar a discussão. Tanto que constituiu um conselho para estudar o assunto e encontrar alguma brecha na legislação que permita a renovação por um prazo, por exemplo, de 30 anos. "Acho difícil, no entanto, que alguma solução seja encontrada ainda em 2008", afirma Astrogildo Quental, diretor-financeiro da Eletrobrás, controladora de Furnas e Chesf.

Quental, contudo, acredita que o impacto nas ações dessas companhias não será tão elevado. E avalia que dificilmente os papéis terão grande oscilação como a observada com as ações da Cesp. "Os papéis só desabaram, porque não houve leilão", conta um analista do setor de energia.

Agentes do setor no país ainda acreditam que a questão das renovações das concessões não criará obstáculos à obtenção de financiamentos e de operações de crédito. "Os bancos emprestadores de recursos estão familiarizados com essa questão regulatória e não vão travar a liberação de recursos, até porque a situação de balanço é boa no setor", comenta uma fonte. "A Eletrobrás tem indicadores sólidos e a questão das concessões atinge 9% da capacidade geradora da Cemig e 9% da Copel", afirma.

A Geração Futuro Corretora acredita também que o risco de o governo federal não renovar as concessões é pequeno. "O governo acabará estendendo o prazo", concorda Adriano Pires.

O executivo da estatal Eletrobrás é claro ao defender a renovação, mas diz que essa prática deve vir acrescida da modicidade tarifária. Ou seja, Quental é partidário da tese de que como essas usinas já tiveram seus investimentos amortizados, elas poderiam vender energia por uma tarifa menor. "Há uma indefinição no ar e esperamos que ela seja desfeita com antecedência", afirma **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, entidade que congrega companhias privadas de geração, transmissão e distribuição.